

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

MAICON VINÍCIUS FERREIRA BARROS

**A MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO  
E DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO**

JUIZ DE FORA – MG  
DEZEMBRO DE 2017

MAICON VINÍCIUS FERREIRA BARROS

**A MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO  
E DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Perlatto.

JUIZ DE FORA

2016

## Agradecimentos

À Deus, pelo dom do livre arbítrio, pelo amor a história e a cultura.

À Manuela, minha melhor parte, por ser meu rumo nesta vida.

À Rosane Ferraz, por acreditar em mim, pelo apoio às dificuldades da vida, pelos anos de amor e vida em comum.

Aos meus pais, minha família e amigos, pelo apoio e incentivo.

Ao MMP, por me proporcionar de portas abertas a pesquisa, meu carinho por esta instituição que fez parte da minha infância.

Aos funcionários da instituição, Sérgio Augusto Vicente, Priscila da Costa Pinheiro, Eduardo de Paula Machado e minha querida esposa Rosane Carmanini Ferraz, que me atenderam com muita prontidão.

Aos colegas da UFJF, que acreditam como eu, na mudança que a educação faz em nossas vidas e dos nossos futuros alunos.

Ao meu orientador, professor Fernando Perlatto, pela presença em minha trajetória acadêmica e pela confiança em minhas ideias.

Aos professores do curso de História, que fizeram parte dessa caminhada.

A todos que não citei aqui de forma nominal, mas que contribuíram para a minha trajetória de alguma forma.

**Resumo:**

O Museu Mariano Procópio (MMP) é uma instituição criada por Alfredo Ferreira Lage e inaugurada em 1921, em Juiz de Fora (MG). Durante a gestão da diretora Geralda Armond, foi criada uma sala denominada “Olimpio Mourão Filho”, dedicada a homenagear esse personagem e o golpe civil-militar de 1964. Olimpio Mourão Filho foi o general que liderou as tropas do Exército que saíram de Juiz de Fora para deflagrar o golpe que depôs o presidente João Goulart. O MMP conta com objetos pessoais, livros, documentos escritos e fotográficos sobre o tema, que compuseram a referida sala, inaugurada em 1966. Após a reorganização museográfica na década de 1980, a sala foi desativada. A pesquisa busca compreender o processo de musealização da memória do general Olimpio Mourão Filho e do golpe civil-militar através da análise da criação da sala em sua homenagem, do discurso, das cerimônias (como por exemplo a saagração da espada) e dos objetos doados (pelo Exército e pelo próprio Mourão) e preservados pelo MMP. Pretende-se discutir a relação do MMP e da sociedade juiz-forana com o discurso político conservador de direita, que apoiou e legitimou as ações das Forças Armadas nas décadas de 60 e 70. A própria Geralda Armond se referia em discursos, ao General Mourão como sendo um patriota, defensor do Brasil diante do perigo comunista, que conduziu a “Revolução Democrática de 1964”.

**Palavras-chave:** Memória – musealização – Museu Mariano Procópio – General Mourão Filho

**Abstract:**

The Mariano Procópio Museum (MMP) is an institution created by Alfredo Ferreira Lage and inaugurated in 1921, in Juiz de Fora (MG). During the administration of the director Geralda Armond, a room called "Olimpio Mourão Filho" was created, dedicated to honoring this personage and the civil-military coup of 1964. Olimpio Mourão Filho was the general who led the Army troops that left Judge of It was to set off the coup that President João Goulart deposed. The MMP counts with personal objects, books, written and photographic documents on the subject, that composed the said room, inaugurated in 1966. After the museographic reorganization in the decade of 1980, the room was deactivated. The research seeks to understand the process of musealization of the memory of General Olimpio Mourão Filho and the civil-military coup through analysis of the creation of the room in his honor, speech, ceremonies (such as the consecration of the

sword) and donated objects (by the Army and by Mourão himself) and preserved by the MMP. It is intended to discuss the relationship between MMP and Judaism and the conservative right-wing political discourse that supported and legitimized the actions of the Armed Forces in the 1960s and 1970s. General Mourão himself referred in speeches to General Mourão as a patriot, defender of Brazil in the face of communist danger, which led to the "Democratic Revolution of 1964."

**Keywords:** Memory - musealization - Museu Mariano Procópio – General Mourão Filho

### **Lista de Ilustrações:**

- Figura 01: General Mourão Filho. Fotografia não identificado. 1964. Fonte: MMP
- Figura 02: Parte do abaixo-assinado de apoio á candidatura do General Mourão Filho à Presidência da República. 1966: Fonte: MMP
- Figura 03: Diploma de cidadão honorário conferido pelo município de Rio Novo. 1964. Fonte: MMP
- Figura 04: Homenagem das mulheres de São Paulo. 1964. Fonte: MMP
- Figura 05: Poema em homenagem ao General Mourão Filho pelas mulheres juiz-foranas. 1964. Fonte: MMP
- Figura 06: Inauguração da Praça 31 de Março, Diário Mercantil, 1966. Fonte: MMP
- Figura 07: Benção apostólica solicitada pelo General Mourão Filho e família. 1964. Fonte: MMP
- Figuras 08 e 09: Inauguração da Galeria Maria Amália, 1922. Fotografia M. Santos. Fonte: Coleção particular de Marcelo Ferreira Lage
- Figura 10: Galeria Maria Amália. Fotografia não identificado. C. de 1960. Fonte: MMP
- Figura 11: General Mourão Filho. Fotografia não identificado. 1964. Fonte: MMP
- Figuras 12 e 13: Retorno das tropas do Exército à Juiz de Fora após o Golpe de 1964. Fotografia não identificado. 1964. Fonte: MMP
- Figuras 14 e 15: Solenidade do doação da espada do General Mourão Filho. Fotografia não identificado. Fonte: MMP
- Figuras 16 e 17: Cachimbo e Farda militar pertencentes ao General Mourão Filho. Fonte: MMP
- Figura 17: Espada do General Mourão Filho. Fonte: MMP

**Lista de abreviaturas:**

AIB – Ação Integralista Brasileira  
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
GAP – Grupo de Ação Patriótica  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
LDN – Liga da Defesa Nacional  
PSD – Partido Social Democrático  
MMC – Movimento por um Mundo Cristão  
MMP – Museu Mariano Porcópio  
STM – Tribunal Superior Militar

## **A MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO E DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO**

### **INTRODUÇÃO:**

Capítulo I – O General Olympio Mourão Filho e a deflagração do Golpe civil-militar de 1964:

1.1 – A participação de Mourão Filho na conspiração contra João Goulart

1.2 – O General Mourão Filho e os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964

Capítulo II – O discurso conservador da direita e o apoio de segmentos da sociedade juiz-forana.

2.1 – O discurso conservador da direita:

2.2 – O apoio de segmentos da sociedade juiz-forana ao golpe de 1964 e ao General Mourão Filho

Capítulo III – A musealização da memória: a criação da sala “Olympio Mourão Filho” no circuito expositivo do MMP.

3.1 - O Museu Mariano Procópio e a construção das memórias

3.2 - A musealização da memória: a criação da sala “Olympio Mourão Filho” no circuito expositivo do MMP.

### **CONCLUSÃO:**



## INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como tema o processo da musealização da memória do General Olímpio Mourão Filho e do golpe-civil de 1964 no Museu Mariano Procópio. O Museu Mariano Procópio (MMP) é uma instituição criada por Alfredo Ferreira Lage e inaugurada em 1921, em Juiz de Fora (MG). Abriga uma coleção eclética que tem sua origem relacionada ao colecionismo particular da família Ferreira Lage e família Cavalcanti, através das doações da prima de Alfredo Lage, a Viscondessa de Cavalcanti.

É importante salientar que os museus são instituições que preservam, pesquisam e comunicam testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes. Possuem múltiplas funções, dentre elas destaca-se a produção de conhecimento. No entanto, os museus são construídos por discursos historicamente contextualizados. Os objetos expostos e as narrativas museais compõem argumento crítico, não neutro ou apolítico (MENESES, 1994). A partir dessa premissa é que partimos para a realização da presente pesquisa, intitulada: “A musealização da memória do General Olímpio Mourão Filho e do golpe civil-militar de 1964 no Museu Mariano Procópio”.

Nossa hipótese é de que, com a criação da Sala Olímpio Mourão Filho, o Museu Mariano Procópio (MMP) tenha dado continuidade ao projeto de memória cívica do fundador Alfredo Lage, de construção de uma galeria de heróis tais como Tiradentes, Dom Pedro II, Princesa Isabel e Duque de Caxias. Assim, o General Mourão se associava a essa galeria de heróis e ao “passado glorioso” da Nação, e o golpe civil-militar se uniria aos eventos memoráveis da história do Brasil.

Portanto, o objetivo da pesquisa é compreender o processo de musealização da memória do general Olímpio Mourão Filho e do golpe civil-militar através da análise da criação da sala em sua homenagem, dos discursos, das cerimônias (como por exemplo, a cerimônia de sagração da espada) e dos objetos doados pelo Exército Brasileiro e pelo próprio general Mourão, como espada, farda, quepe, cachimbo, entre outros, e preservados pelo MMP.

Ainda como um objetivo específico, pretende-se discutir a relação do MMP e da sociedade juiz-forana com o discurso político conservador de direita, que apoiou e legitimou as ações das Forças Armadas nas décadas de 60 e 70. Outro objetivo da pesquisa é compreender o processo que culminou com a desativação da sala em homenagem ao general citado, e recolhimento dos objetos e documentos às reservas técnicas da instituição,

na década de 1980, após o falecimento da diretora Geralda Armond e planejamento de novo circuito expográfico.

Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão do processo de militarização da sociedade brasileira e do real envolvimento da sociedade civil no golpe de 1964. Por outro lado, reinterpretações do mesmo discurso conservador que possibilitou a aproximação entre o MMP e as Forças Armadas nas décadas de 1960-70 podem ser observados no contexto atual, o que aponta a necessidade de compreendermos os processos de construção das memórias dos líderes do movimento e suas permanências na sociedade brasileira no período de redemocratização.

Assim, a pesquisa justifica-se como um exercício de análise do apoio de parte da sociedade civil à intervenção militar de 1964, e contribuir para o estudo das concepções da direita e das reações ao suposto “perigo comunista” no contexto local. Vale ressaltar ainda que, apesar da existência de diversas pesquisas sobre o acervo do MMP, o processo de musealização da memória do General Olympio Mourão Filho e a glorificação do golpe civil-militar por parte da instituição ainda não foram devidamente elucidados, e com a pesquisa poderemos trazer novas reflexões sobre o tema.

Para a realização desta pesquisa, utilizaremos fontes primárias tais como objetos pessoais (fardas, espada e outros), documentos escritos (discursos, homenagens, relatórios) e fotográficos do acervo do MMP, além de jornais do período pesquisado, com o objetivo de compreender de que forma se deu o processo de musealização da memória do General Mourão e do golpe civil-militar de 1964. A análise das fontes propiciará ainda a compreender o processo de apoio de parte da sociedade civil da cidade ao processo de intervenção militar frente ao suposto “perigo comunista”. A pesquisa envolverá ainda a análise da bibliografia referente aos museus e seus processos de musealização da memória e dos objetos, pesquisas sobre o Museu Mariano Procópio e a gestão da diretora Geralda Armond, bem como bibliografia sobre o contexto histórico brasileiro entre as décadas de 1960-1980.

No primeiro capítulo serão abordados os elementos biográficos do General Olympio Mourão Filho e sua atuação no processo de deflagração do golpe civil-militar de 1964.

No segundo capítulo discutiremos o contexto social e político brasileiro que desencadearam o golpe civil-militar, os elementos do discurso conservador da direita brasileira, que encontrava adeptos em Juiz de Fora, e a crença numa suposta “ameaça

comunista” que alicerçaram o apoio de segmentos da sociedade juiz-forana à ação dos militares.

No terceiro capítulo nos debruçaremos sobre o processo de musealização da memória da General Olympio Mourão Filho, em glorificação ao personagem e ao golpe civil-militar. Nesse contexto, abordaremos o papel da diretora Geralda Armond nesse processo, o recolhimento dos objetos e os usos da sala através das cerimônias e homenagens. Por fim, analisaremos as escolhas efetivadas pela instituição por ocasião da desativação da sala a partir da construção de um novo circuito expositivo.

## Capítulo I: O General Olympio Mourão Filho e a deflagração do Golpe de 1964<sup>1</sup>

Olímpio Mourão Filho nasceu na cidade de Diamantina (MG), no dia 9 de maio de 1900. Filho de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão e de Mariana Correia Rabelo Mourão. Seu pai era advogado e exerceu os mandatos de deputado e senador estadual em Minas Gerais durante a Primeira República. Sua mãe era professora na Escola Normal de Diamantina.

Em sua cidade natal, estudou no Colégio Diocesano. Chegou a iniciar um curso de engenharia em Belo Horizonte, que foi interrompido para se matricular na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em abril de 1918. Concluiu o curso em abril de 1921, quando foi declarado aspirante a oficial da arma de infantaria e designado para o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte. Promovido a segundo tenente em 1922, passou a servir no 14º Batalhão de Caçadores, (14º BC), em Florianópolis, retornando depois ao 12º RI. Ainda em 1922, em outubro, passou a primeiro tenente e, de 1923 a 1925, serviu novamente no 14º BC.

Nesse período, participou da repressão à Revolta de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, movimento tenentista deflagrado também em Sergipe e no Amazonas, mas rapidamente debelado nesses dois estados. Em São Paulo, os rebeldes, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista por três semanas, se deslocando posteriormente para o interior do estado.

Em 1926 Mourão Filho tornou-se aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, voltando a servir no 14º BC entre 1927 e 1928. De volta ao Rio, cursou, entre 1928 e 1930, a Escola de Estado-Maior, encontrando-se na capital federal quando foi deflagrada a Revolução de 1930.

Em agosto de 1931, Mourão Filho foi promovido a capitão e iniciou estágio no estado-maior da 1ª Região Militar (1ª RM), no Rio de Janeiro. Entre julho e setembro, participou da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932, movimento armado de oposição ao Governo Provisório deflagrado em São Paulo.

---

<sup>1</sup> Os dados biográficos do General Olímpio Mourão Filho e sua participação no Golpe de 1964 foram elaborados a partir do verbete do CPDOC e de PINTO, Daniel Cerqueira. General Olympio Mourão Filho. Carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964. Programa de Pós-Graduação em História (UFJF), 2015. Dissertação de Mestrado.

No final do mesmo ano, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado. Segundo o próprio Mourão, sua adesão à AIB foi motivada pela infiltração comunista no Exército. Em 1933, permanecendo ligado à 1ª RM, foi designado para servir na Estrada de Ferro Central do Brasil como comissário de ligação entre os ministérios da Guerra e da Viação, função que exerceria até 1936.

Além da atuação política que desenvolvia na AIB, Mourão Filho, foi subcomandante do 14º BC, em Florianópolis, de 1936 a abril de 1937. Em julho desse ano passou a integrar a Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo da chefia nacional da AIB, que procurava incorporar personalidades de diversas “províncias” integralistas. Apesar das ligações que tivera com a AIB, não participou do levante deflagrado em maio de 1938, com apoio dos oposicionistas liberais.

Entre 1938 e 1939 Mourão Filho foi subcomandante do 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria (RS). Nesse último ano passou a comandar o 14º BC, em Florianópolis, e de 1939 a 1943 serviu no EME. Promovido a tenente-coronel em abril de 1943, foi designado comandante do 15º BC, sediado em Curitiba, onde permaneceu até ser transferido, em janeiro de 1944, para a chefia do gabinete da Diretoria de Recrutamento, no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1945 partiu para a Itália, integrando o 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da Segunda Guerra Mundial ao lado das nações aliadas.

Em maio de 1944, terminado o conflito, retornou ao Brasil, chefiando a 16ª Circunscrição de Recrutamento, em Florianópolis até 1947. Nesse último ano e no seguinte, serviu no Departamento Geral de Administração, no Rio de Janeiro, sendo promovido a coronel em março de 1948.

Comandante do 19º RI, sediado em São Leopoldo (RS), entre 1949 e 1950, assumiu neste último ano a chefia do escritório comercial do Brasil em Montevidéu, onde permaneceu até o ano seguinte. De 1951 a 1952 comandou o 11º RI, em São João del Rei (MG), e, em 1953, voltou a servir no Departamento Geral de Administração. Desse ano a 1955 chefiou a 11ª Circunscrição de Recrutamento, em Belo Horizonte.

Ao longo de 1955, o Plano Cohen voltou à cena. O general Góis Monteiro, no livro “O general Góis depõe”, acusou Mourão Filho formalmente, e pela primeira vez, de ser o autor do documento que provocara a instauração do Estado Novo. Sentindo-se envolvido

tendenciosamente pelo general, Mourão Filho requereu ao Exército a formação de um Conselho de Justificação, para se defender da acusação, tendo sido absolvido.

### **1.1 – A participação de Mourão Filho na conspiração contra a João Goulart:**

Em fins de 1961, Mourão Filho foi nomeado comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria (RS). Ali entrou em contato com elementos civis e militares que articulavam no estado um movimento para afastar do poder o presidente da República João Goulart, que assumira o cargo sob regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros (25/8/1961).

Em janeiro de 1962 Mourão Filho solicitou ao comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, general Nestor Penha Brasil, um encontro com o fazendeiro Saint Pastous, presidente da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul). Nesse encontro, foram discutidas as linhas de ação para a luta contra o governo Goulart e foram fixadas as etapas a serem cumpridas. Na primeira, que se estenderia até as eleições parlamentares de outubro de 1962, a meta seria a vitória dos adversários do presidente, de modo a garantir o maior número possível de deputados empenhados na luta por sua deposição.

Considerando que essa fora a primeira reunião civil-militar realizada com tal objetivo, marcando o início da conspiração contra o governo Goulart, Mourão estava a par de que outras forças já vinham operando no mesmo sentido. Segundo René Armand Dreifuss (1981), na obra “1964: a conquista do Estado”, essas forças eram constituídas, pelos membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) — primeiro grupo organizado de ação empresarial, fundado em março de 1959 com o propósito de combater a infiltração comunista na sociedade brasileira. Essas duas instituições participaram diretamente, segundo Dreifuss (1981), da maior parte dos planejamentos secretos para a derrubada do governo, inclusive aquele em que Mourão Filho estava incluído. Quando este iniciou “sua conspiração”, a rede IPÊS-IBAD já estava em pleno funcionamento, embora ele pouco soubesse a respeito.

Em fins de janeiro de 1962, Mourão participou de uma reunião em São Paulo com importante grupo de empresários, organizada por dois líderes do IPÊS, Edmundo Monteiro e Oton Barcelos Correia — este último presidente da Fábrica Nacional de Vagões — à

qual compareceu o líder do IPÊS, João Batista Leopoldo Figueiredo. Em seguida viajou ao Rio de Janeiro, onde conversou com o ministro da Guerra João Segadas Viana. Entrou também em contato com o almirante Sílvio Heck, com o marechal Odílio Denis, ex-ministro de Jânio, e com o general Osvaldo Cordeiro de Farias, colocando-os a par de seus planos. De volta a Porto Alegre após esses contatos, procurou fortalecer a rede de oficiais favoráveis ao golpe. Enquanto esteve no Rio Grande do Sul, seu estado-maior revolucionário era composto, entre outros, pelo coronel Romão Mena Barreto — chefe de gabinete — do tenente-coronel Atos Teixeira e o tenente-coronel Paulo Braga, irmão do então governador do Paraná, Nei Braga.

Promovido a general-de-divisão em março de 1962, teve em junho seguinte uma reunião com Edmundo Monteiro, do IPÊS, e Francisco de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, aos quais pediu apoio para as forças políticas de oposição ao governo na campanha para as eleições que se aproximavam. Manteve contato com Oton Barcelos Correia, do IPÊS, que prometeu apoio financeiro para ação no Nordeste, que lhe parecia problemática.

Através do jornalista Tadeu Onar, ligado aos empresários de Porto Alegre, entrou em contato com o presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Articulou-se também com o político e empresário Ildo Meneghetti, candidato ao governo do Rio Grande do Sul na legenda do Partido Social Democrático (PSD) e apoiado pelo complexo IPÊS-IBAD. Apoiando-o, procurava sobretudo impedir que se elegeisse um candidato ligado a Leonel Brizola, Egídio Michaelsen, o que viria prejudicar sua ação conspiratória no estado. Articulou-se também com o deputado federal coronel Válder Peracchi Barcelos.

Em março de 1963, após o plebiscito de janeiro pelo qual o país voltou ao regime presidencialista, Mourão foi transferido para o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo, substituindo o general Aurélio de Lira Tavares. Passou então a buscar contatos com os elementos que conspiravam no estado.

Embora suas concepções divergissem daquelas do chamado complexo IPÊS-IBAD, Mourão era considerado por esse grupo um indivíduo dotado de grande potencial revolucionário, ainda que de temperamento impulsivo. Segundo Dreifuss (1981), “sua energia tinha de ser captada e bem utilizada, da mesma forma que seu novo posto deveria ser aproveitado para o acobertamento das articulações centralizadas pelo IPÊS entre os militares em São Paulo”. Assim, enquanto Mourão Filho se transformava no chefe

ostensivo da conspiração civil-militar em São Paulo, o general Mena Barreto era seu principal coordenador entre os civis.

No final de agosto de 1963, Mourão Filho foi transferido para o comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, ambas sediadas em Juiz de Fora (MG). Essa transferência, segundo Dreifuss (1981), foi um golpe para os conspiradores ligados ao complexo IPÊS-IBAD, que temiam que a ida de Mourão para Minas Gerais acarretasse uma perda de controle de suas articulações naquele estado por dois motivos: primeiro, porque Mourão se instalaria num Exército aquartelado a uma distância do Rio de Janeiro que era a metade da que se encontrava na sua base anterior, São Paulo, e com mais tropas sob seu comando, portanto, com mais facilidade de articular autonomamente “seu movimento”; segundo, porque, em Juiz de Fora, Mourão ficaria na esfera de influência do governador José de Magalhães Pinto que, como candidato em potencial à presidência da República em 1965, poderia nele encontrar um aliado fortuito, mas também próximo aos oficiais favoráveis ao general Artur da Costa e Silva, chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, que não compartilhava inteiramente as posições do grupo IPÊS-ESG.

Em setembro de 1963, Mourão e o general Carlos Luís Guedes tiveram uma reunião com o governador Magalhães Pinto, na qual foi discutida a formação do estado-maior revolucionário em Minas Gerais. Segundo Dreifuss (1981), o estado-maior de Mourão em Minas foi composto, majoritariamente, por elementos ligados ao general Costa e Silva, com algumas exceções como o major Alencar, ligado ao líder do IPÊS, e Augusto Frederico Schmidt, que tinha a tarefa de solapar o prestígio de Mourão Filho junto aos jovens oficiais.

A partir de 13 de março de 1964 — quando se realizou um grande comício popular na estação da Central do Brasil, no Rio, no qual João Goulart assinou dois decretos, o de nacionalização das refinarias de petróleo particulares e o de desapropriação de terras situadas às margens de obras públicas, para efeito de reforma agrária — intensificaram-se os preparativos do golpe. A conspiração contra o presidente passou a contar com maior colaboração dos setores militares mais moderados.

Segundo Thomas Skidmore (2010), a conspiração militar tomou vulto no dia 20 de março, quando o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que desde outubro de 1963 organizava uma conspiração a que atribuía caráter “defensivo”, expediu um memorando aos seus subordinados denunciando a possibilidade de fechamento do Congresso por Goulart e da implantação de um regime de “esquerda



radical”. No dia 28, no aeroporto de Juiz de Fora, Mourão participou de uma reunião com vários militares e civis, entre eles o governador Magalhães Pinto, o marechal Odílio Denis, o coronel José Geraldo de Oliveira e Osvaldo Pieruccetti, com a finalidade de marcar o dia da “revolução”. Discutiu-se também o conteúdo do manifesto de respaldo do movimento civil-militar, que deveria conter uma frase decisiva para o afastamento do presidente e sua sucessão de acordo com a Constituição de 1946. Ficou resolvido que a data para o início da revolução seria o dia 31 de março e que ficaria a cargo de Magalhães mandar uma cópia do manifesto a Mourão, com menção taxativa à deposição de Goulart.

No dia 30 de março começaram a ser acionadas as operações Silêncio e Gaiola. À tarde, todas as fronteiras de Minas e todas as principais vias de acesso e comunicação já estavam fechadas e sob o controle da Polícia Militar do estado. Todos os pontos estratégicos, como postos de abastecimento de derivados de petróleo, casas de armas e munições, rádios e televisões, jornais e revistas, prédios públicos, sindicatos e bancos, já se encontravam sob a guarda ostensiva ou velada da Polícia Militar. Esta foi a chamada Operação Silêncio. No dia 31, entre quatro e cinco horas da manhã, Mourão Filho, antecipando-se à hora predeterminada para a ação, deu início ao movimento em Minas Gerais. Ocupou a estação telefônica de Juiz de Fora e iniciou os contatos. Por volta das 18 horas, o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, levou até Goulart, que estava reunido com o general Peri Bevilacqua, um bilhete que lhe era dirigido. Ao terminar a leitura, Goulart informou ao general Peri Bevilacqua que Mourão Filho havia sublevado a 4ª RM e exigia sua renúncia.

Na manhã de 1º de abril Goulart voou para Brasília, onde esperava oferecer resistência, mas a situação na capital também não lhe foi favorável. À noite, João Goulart partiu para Porto Alegre, e, em Brasília, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga à presidência da República e empossou no cargo Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. O poder de fato, todavia, passou a ser exercido pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, constituído pelo general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Na tarde de 2 de abril de 1964, as tropas comandadas por Mourão chegaram à Guanabara.

## 1.2 – O General Mourão Filho e os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964:

Em abril de 1964, General Olympio Mourão Filho foi promovido a general de exército, participou da solenidade de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da República no dia 15 daquele mês. Em 30 de setembro assumiu o posto de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Entretanto, em pouco tempo, começou a se distanciar do novo governo, descontente com as medidas tomadas por Castelo Branco e sua equipe.



Figura 01: General Mourão Filho. Fotografia não identificado. 1964. Fonte: MMP

Em seu livro “Memórias: A verdade de um revolucionário” (1978), publicado postumamente, mostrou-se bastante crítico em relação ao novo presidente da República. Numa entrevista concedida em 1965, condenou a prorrogação dos mandatos dos governadores e defendeu as eleições programadas para outubro daquele ano. Estas de fato se realizaram.

Porém, tendo a oposição conquistado o governo dos estados da Guanabara, com Francisco Negrão de Lima, e de Minas Gerais, com Israel Pinheiro. Em resposta o presidente Castelo Branco editou, no dia 27 de outubro, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que reintroduziu a aplicação de punições extralegais a adversários do regime, cujo julgamento

foi transferido para a Justiça Militar, dessa forma, extinguiu os partidos políticos existentes e reinstaurou eleições indiretas para a presidência da República. No dia 12 de janeiro de 1966, numa entrevista concedida à revista *Manchete*, Mourão Filho e Peri Bevilacqua, ambos juízes do STM, declararam-se favoráveis à anistia aos atingidos pelo que chamaram de “contra revolução de 31 de março”.

Segundo Mourão, Castelo Branco deixou, como traço principal de seu governo, uma Constituição mal redigida promulgada em janeiro de 1967, que reforçou os poderes do presidente e anulou quase por completo o Legislativo, não somente retirando-lhe atribuições que foram transferidas ao chefe do Executivo, como também submetendo-o à vontade deste. Fez críticas também ao sucessor de Castelo Branco, marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), desaprovando a assinatura, por esse presidente, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), datado de dezembro de 1968, bem como algumas cassações que se sucederam à edição do ato. Dessa forma, para Mourão, os males da política brasileira, antes ou depois de 1964, não se deveram somente à sucessão de militares no poder ou às suas deficiências pessoais enquanto governantes, mas ao próprio sistema presidencialista que, enfeixando nas mãos do presidente uma grande soma de poderes, “transforma o Executivo em poder maior e anula a independência dos outros dois, perturbando a harmonia”.

Em março de 1969 Mourão aposentou-se da presidência do STM, que ocupava desde março de 1967. Dois anos depois, em dezembro de 1971, quando se encontrava em tratamento na casa de saúde Doutor Eiras, teve um encontro com o historiador Hélio Silva, a quem confiou os originais de seu livro de memórias — que tinha por tema os preparativos e o desenrolar do movimento político-militar de março de 1964 — pedindo que o publicasse. General Olympio Mourão Filho faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de maio de 1972. Era casado com Almira Linhares Mourão, com quem teve duas filhas. Em segundas núpcias casou-se com Maria Tavares Bastos, com quem teve três filhos.

É importante salientar que, quase seis anos depois de sua morte, em abril de 1978, Hélio Silva anunciou a publicação do manuscrito que Mourão Filho lhe confiara, sob o título *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Alguns jornais, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e o *Coojornal*, de Porto Alegre, publicaram trechos das memórias, o que deu origem a uma grande polêmica.

Segundo, o general Augusto César Muniz de Aragão, em artigo publicado em *O Globo* (23/4/1978) pôs em dúvida a autoria dos textos divulgados e observou que, se

realmente os tinha escrito, o general “deveria encontrar-se privado de serenidade e de senso-comum, ou frustrado nos seus interesses com o desfecho que tomou o movimento de março 1964”. Num dos trechos publicados pelo Coojornal, Mourão acusava o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier — na época chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Sousa e Melo — de tentar usar tropas do Para-Sar, da Aeronáutica, em ações de violência contra o povo e mencionou também a prática de torturas por parte dos militares envolvidos no combate à subversão.

É importante salientar também que, em agosto de 1978, sua filha, Laurita Lourdes Linhares Mourão Irazabal requereu medida cautelar de busca e apreensão do livro de seu pai, que já estava editado. A mesma pretendia obter a nulidade da doação e da cessão de direitos autorais ao historiador Hélio Silva, com base na incapacidade física do general Mourão Filho para a efetivação daquele ato. Contudo em fevereiro de 1979, após intensa luta na Justiça, amplamente divulgada pela imprensa, o livro teve por fim liberada sua circulação.

## **Capítulo II – O discurso conservador da direita e o apoio de segmentos da sociedade juiz-forana:**

### **2.1 – O discurso conservador da direita:**

A partir da década de 1960, o “perigo comunista” adquiriu uma importância preponderante para o desenrolar do golpe militar de 31 de março. Contudo, as razões para este quadro são tanto de ordem interna e externa. No quadro externo, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente, principalmente sob o impacto da Revolução Cubana, dessa forma, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria.

Os norte-americanos, atentos a esta situação estavam prontos a intervir caso achassem necessário, entretanto, entendiam que a América Latina corria riscos menores se comparada a outros continentes. Porém, ascensão de Fidel Castro e seu grupo ao poder mudou tudo, colocando a América Latina no centro dos conflitos. Assim, a América Latina passou a ser considerada pelos norte-americanos, zona prioritária no combate ao “avanço soviético”.

No caso do Brasil, desde os anos 1930 já poderia observar uma forte tradição anticomunista, criada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho”. Contudo, a influência norte-americana combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas. Portanto, a “ameaça comunista” criou uma preocupação tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina. Que, por sua vez, justificou a ajuda externa especializada em segurança nacional para combatê-la. Dessa forma, os Estados Unidos criaram os argumentos para justificar a existência desse perigo e, mostraram-se dispostos, mediante pagamento, a proteger os países ameaçados através da ajuda policial e também militar. (MOTTA, 2002)

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta

um dos desdobramentos mais relevante da conjuntura, foi a proliferação de organizações anticomunistas. Amedrontados pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo, os grupos comprometidos com o anticomunismo começaram a se organizar. As organizações anticomunistas em atividade no período contribuíram na formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação

conservadora de 1964”. (2002: 237-238)

É importante salientar que algumas das organizações participantes da campanha anticomunista de 1961-1964 tinha sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), entre outras. Observa-se também que algumas dessas organizações tinham vínculos profundos com os valores cristãos, como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão. Alguns grupos tinham como única atividade divulgar propaganda anticomunista, este era o caso da Cruzada Cristã Anticomunista e do Centro Brasileiro da Europa Livre. Também nesta categoria podemos colocar o Grupo de Ação Patriótica (GAP) composto de estudantes universitários de orientação direitista. A mobilização anticomunista por parte dos parlamentares também configurou numa das mobilizações conservadora que levou ao golpe militar. (MOTTA, 2002)

É importante salientar a participação feminina nesse movimento, que constituiu aspecto decisivo para se compreender o surto anticomunista dos anos de 1960. Diversas entidades anticomunistas femininas foram criadas na conjuntura, tendo importância central nas mobilizações que levaram ao golpe militar. É importante observar que nesta conjuntura as mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade. Essas lideranças femininas na campanha anticomunista provinham das classes médias e altas, representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família. (MOTTA, 2002) A diretora do MMP, Geralda Armond, conforme veremos a seguir, insere-se nesse grupo de mulheres com forte atuação política em defesa do golpe civil-militar, como reação ao comunismo e à suposta supressão da democracia no Brasil.

Em relação às representações anticomunistas é importante destacar as mudanças operadas no papel desempenhado pela religião principalmente a católica. Nos anos de 1960, a ortodoxia católica foi substituída por uma espécie de busca da unidade entre todas as igrejas cristãs anticomunistas. Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período. O melhor exemplo dessa busca de unidade deu-se na organização das “Marchas com Deus”, em março e abril de 1964, onde, pastores e rabinos participaram, ao lado dos padres, na preparação das Marchas em São Paulo e no Rio de Janeiro. (MOTTA, 2002)

Outro elemento marcante a ser observado no discurso conservador da direita, foi à oposição entre “comunismo” e “democracia” no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos se declararam anticomunistas defensores da democracia denominaram-se democratas, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. Porém, muitos desses defensores da democracia se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango, por exemplo, o General Olímpio Mourão Filho e o grupo de senhoras representado por Geralda Armond, conforme discutiremos adiante.

Dessa forma, as representações presentes no surto anticomunista e no discurso conservador da direita de 1961-1964 eram essencialmente fiéis à tradição, de onde recolheram a maior parte dos argumentos e imagens. Rodrigo Patto Sá Motta (2002) observa em sua pesquisa, que várias editoras dedicaram-se a publicar literatura anticomunista, notadamente traduções de autores estrangeiros. Dezenas de livros vieram à luz neste contexto, a maioria abordando as mazelas dos países comunistas e/ou trazendo ensinamentos sobre os métodos para combater o comunismo.

Como dito anteriormente, outro movimento que provocou muito as mobilizações anticomunista e que teve importância no golpe militar de 1964 foi o comício feito por Goulart na Central do Brasil, onde, defendia as reformas de base propostas por seu governo. Essas reformas defendida por Jango, provocaram a consolidação das mobilizações anticomunista e anti João Goulart, que se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, compondo um arco de alianças que unia praticamente todos os segmentos da elite brasileira, e que ainda encontrava significativo apoio nas classes médias. Portanto, esse discurso conservador do medo ao comunismo, teve o efeito de provocar uma poderosa mobilização conservadora, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária. (MOTTA, 2002)

A partir desses discursos conservadores por parte da direita, havia uma forte disposição favorável à derrubada do Presidente. As condições estavam postas e os atores principais do golpe estavam preparados. Grande parte dos oficiais a tomar parte do golpe de 31 de março foi movida a partir desse discurso e pela convicção de que os comunistas teriam enredado o Presidente Goulart em alguma espécie de plano revolucionário. (MOTTA, 2002). Dessa forma, no dia 31 de março de 1964, tropas sob o comando do General Olympio Mourão Filho partiram de juiz de fora rumo ao Rio de Janeiro Não houve

derramamento de sangue. João Goular seguiu para o exílio no Uruguai, e foi instalado o novo poder.

#### Segundo MOTTA

há algum exagero na suposição de que o temor ao comunismo fosse, meramente, uma manobra utilizada por conspiradores ocultos, visando a conduzir uma massa de tolos em direção ao golpe. Deve ser lembrado que, o cenário ideal era manter a normalidade institucional, porque apoiar o golpe gerava o risco de interromper o processo eleitoral, mecanismo considerado por muitos líderes como canal privilegiado de ascensão ao poder, assim, o objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas”. P. 273, 276 Entretanto, para os autores, os líderes do golpe de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressados por eles durante as crises era efetivo. A estratégia era a mesma a décadas: passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular. (2002: 276)

Dessa forma, podemos observar na sociedade brasileira, a valorização de aspectos relacionados ao Exército, como disciplina, patriotismo e, principalmente, autoridade têm longa tradição em uma narrativa cívico-patriótica que teve no Estado Novo um momento de reforço. Instituições de memória como o MMP foram utilizadas como campo para a celebração e a difusão de heróis, valores e práticas relacionadas ao militarismo e ao civismo, caros e diretamente ligados a esse período (COSTA, 2011).

## **2.2 – O apoio de segmentos da sociedade juiz-forana ao golpe de 1964 e ao General Mourão Filho:**

Geralda Armond participou da militância da CAMDE (CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA), com grande poder de liderança na cidade. A CAMDE era um movimento feminino católico organizado em 1962 no Rio de Janeiro (então estado da Guanabara) para se opor ao governo João Goulart, extinto no início da década de 1970.<sup>2</sup> O movimento promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos, além de dedicar-se a trabalhos assistenciais junto à população carente do estado.

A CAMDE era apoiada pelo jornal carioca *O Globo*, e mantinha também estreita vinculação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de

---

<sup>2</sup> A Camde foi criada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército. Com sede na igreja de Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro,



Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Foi a principal organizadora da “Marcha da Vitória” realizada no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964. Durante essa demonstração, a organização distribuiu um manifesto parabenizando o Exército pela deposição de Goulart. ( Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>, acesso em 16/05/2017.

Não está claro o grau das relações mantidas entre a diretora e o grupo considerado “revolucionário” antes da deflagração do golpe, mas, após a instauração do regime civil e militar, os diálogos entre esses atores são intensos, tendo-se em vista a documentação analisada no próprio MMP. Assim, é importante salientar que havia uma profunda identificação política da diretora com o projeto militar de coesão nacional e expurgo dos “inimigos” da nação, sobretudo os considerados comunistas. O ideário militar foi defendido não somente nas galerias do Museu, mas nas ruas, nos clubes e nas redes de sociabilidade, bem como na atuação incisiva de Geralda Armond na CAMDE. (COSTA, 2011).

Entre os documentos pesquisados no Arquivo Histórico do MMP encontra-se um abaixo assinado de parte da sociedade juiz-forana, datado de 1966, solicitando que o General Mourão Filho fosse indicado candidato à Presidência da República. No entanto, como vimos anteriormente, o mesmo não conseguiu atingir esse objetivo. De toda forma, esse e outros documentos demonstram o apoio de parte da sociedade civil da cidade à figura do General Mourão e à derrubada de João Goulart do poder.

O texto que precede o abaixo-assinado é bastante representativo para a compreensão da ideologia da direita na cidade, que via no golpe civil-militar a tábua de salvação contra o comunismo, a corrupção e a escravização do Brasil. O general Mourão Filho é visto por parte da sociedade juiz-forana como guardião dos benefícios advindos da “revolução democrática”. Segundo ofício assinado por Geralda Armond encaminhando o documento ao Senador Daniel Krieger, líder do Governo no Senado Federal, 746 senhoras assinaram o abaixo-assinado, dando suas adesões ao “Chefe da Revolução Redentora”:

Em Minas, aqui nesta cidade nasceu e eclodiu a revolução que livrou o Brasil e a América do Sul da ditadura comunista. Chefiou a Revolução o General Mourão Filho, mineiro que partiu heroicamente para a luta correndo todos os riscos. Seu manifesto, exigindo a deposição do Governo, que implantara a corrupção e preparava para escravizar o Brasil, é a expressão clara dos propósitos democráticos da revolução e do respeito à constituição e

à soberania do povo. A mulher de Minas Gerais apela veementemente no sentido de ser o General Olympio Mourão Filho escolhido como candidato à Presidência da República, a fim de dar continuidade aos ideais da revolução. Sua desambição, sua energia e coragem e sua cultura recomendam-no ao alto posto para o bem da paz e da felicidade da família brasileira. Juiz de Fora, março de 1966”.

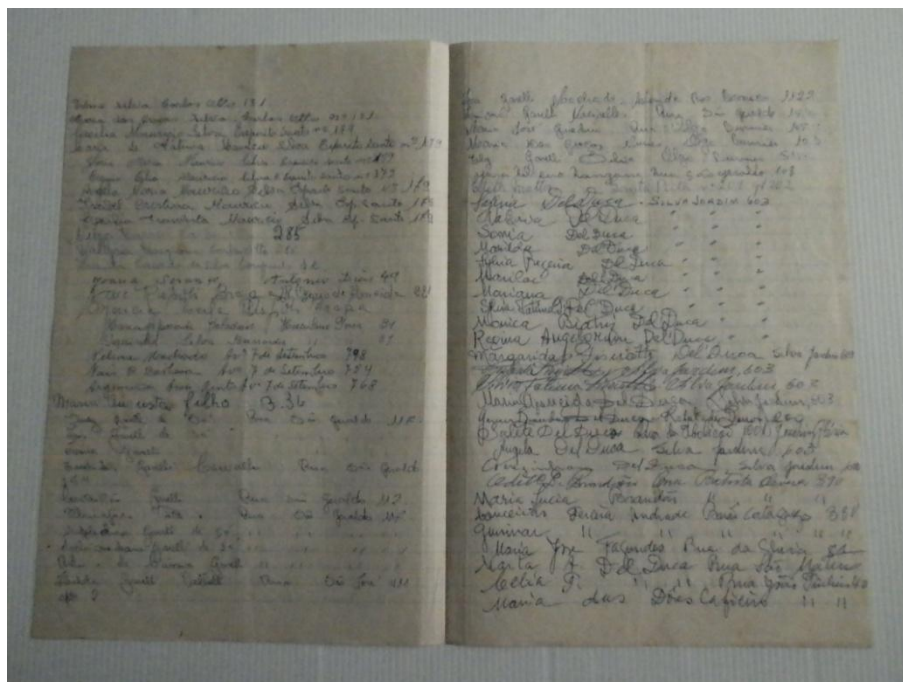


Figura 02: Parte do abaixo-assinado de apoio á candidatura do General Mourão Filho à Presidência da República. 1966: Fonte: MMP

O acervo do MMP conta ainda com diversas manifestações de apoio ao General Mourão na cidade de Juiz de Fora e em cidades da região e do Brasil, como o Livro de Ouro das senhoras de Feira de Santana (BA), homenagem das mulheres da cidade de São Paulo, títulos de cidadão honorário conferido por cidades como Rio Novo, São João Del Rei, Ouro Preto, Juiz de Fora, Além Paraíba, Pequeri, entre outros. Há ainda documentos de agradecimentos de uma comunidade de croatas fixados na Argentina, que se diziam vítimas do comunismo na Europa. Os diferentes diplomas e títulos de cidadão honorário, conferidos ao General Mourão Filho, por diferentes cidades brasileiras, atestam seu apoio ao personagem central desta pesquisa.



Figura 03: Diploma de cidadão honorário conferido pelo município de Rio Novo. 1964.

Fonte: MMP

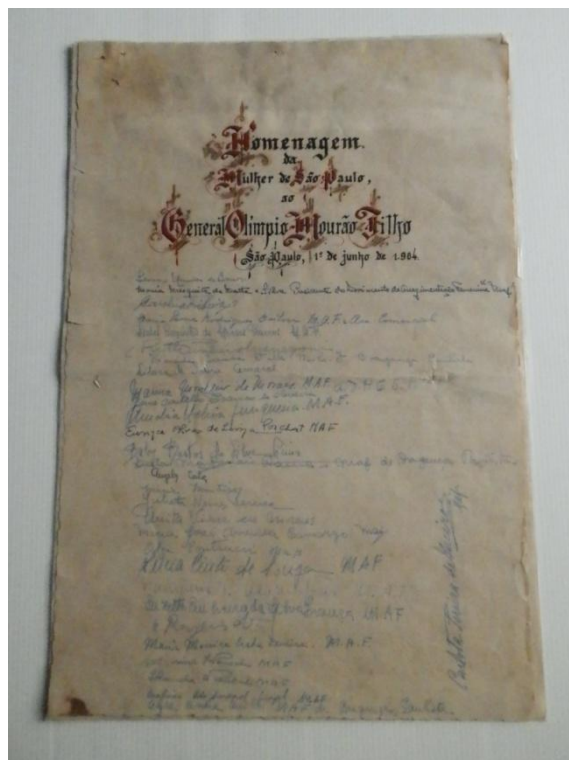


Figura 04: Homenagem das mulheres de São Paulo. 1964. Fonte: MMP

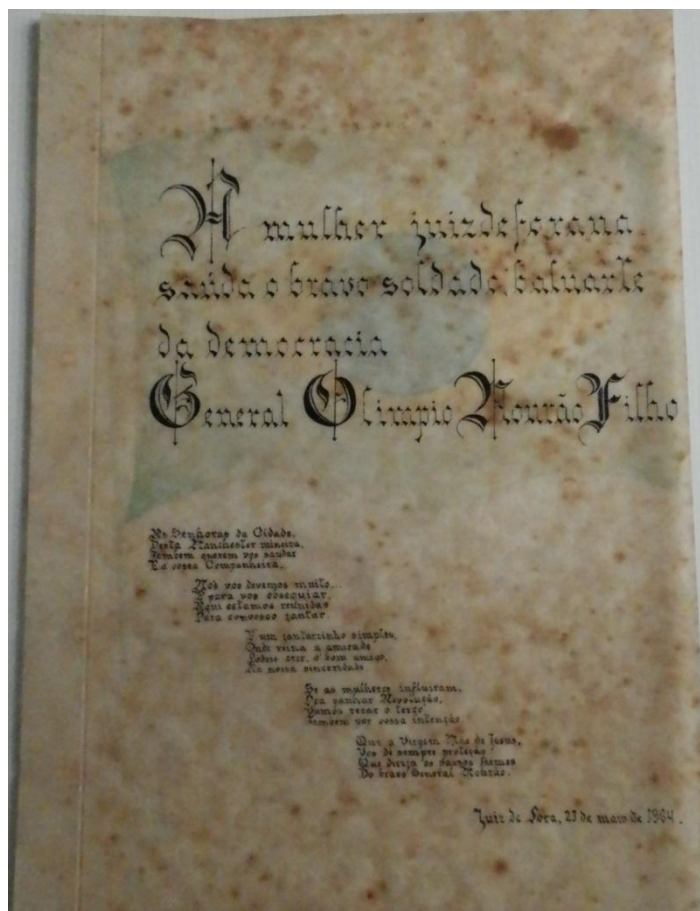


Figura 05: Poema em homenagem ao General Mourão Filho pelas mulheres juiz-foranas.  
1964. Fonte: MMP

Uma praça intitulada “31 de março” seria inaugurada no bairro Alto dos Passos, na confluência da Avenida Rio Branco com a rua Moraes e Castro em 1966, conforme matéria do Jornal Diário Mercantil, de 02 de abril do citado ano. A iniciativa da Prefeitura de Juiz de Fora, tendo como prefeito Adhemar de Andrade, contou com o hasteamento solene da bandeira de Minas Gerais no ato de inauguração pelo General Mourão Filho.



Figura 06: Inauguração da Praça 31 de Março, Diário Mercantil, 1966. Fonte: MMP

Como vimos anteriormente, segmentos da Igreja Católica apoiaram o golpe civil-militar. Alguns grupos, defensores de valores cristãos, se articularam nesse período. É bastante significativa a benção apostólica recebida pelo General Mourão Filho, como defensor da família cristã.



Figura 07: Benção apostólica solicitada pelo General Mourão Filho e família. 1964. Fonte:

MMP

O apoio da sociedade juiz-forana ao golpe de 1964 e à figura do General Mourão Filho está diretamente relacionado ao processo de musealização da memória do personagem no Museu Mariano Procópio, a partir da liderança da diretora Geralda Armond e de sua atuação política de caráter conservador, especialmente entre as mulheres da cidade de Juiz de Fora e região.



### **Capítulo III – A musealização da memória: a criação da sala “Olympio Mourão Filho” no circuito expositivo do MMP.**

#### **3.1 - O Museu Mariano Procópio e a construção das memórias:**

O Museu Mariano Procópio é um dos primeiros museus do Brasil, fundado em 1921, por Alfredo Ferreira Lage. Localizado no município de Juiz de Fora, abriga importante e heterogênea coleção que se iniciou a partir da coleção das famílias Ferreira Lage e Cavalcanti. As coleções foram formadas a partir de diferentes critérios artísticos, científicos, memorialísticos, históricos e afetivos (MUSEU MARIANO PROCÓPIO, 2006).

A criação do Museu Mariano Procópio está diretamente relacionada a um projeto de memória de enaltecimento da figura de Mariano Procópio Ferreira Lage, pai de Alfredo Lage e do período imperial Brasileiro. Evidencia a dinâmica entre o esquecimento e memória a partir da imagem pública de Mariano Procópio (FERRAZ, 2016).

Alfredo Ferreira Lage (1865-1944), fundador do Museu Mariano Procópio, nasceu em Juiz de Fora, em 10 de janeiro, na residência dos Ferreira Lage. Após o falecimento de seu pai, esteve em viagem pela Europa com a mãe, Maria Amália Ferreira Lage e o irmão mais velho, Frederico Ferreira Lage. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1890. Investidor da área cultural, chegou a atuar no Jornal O Pharol. Também foi acionista da Companhia Mineira de Eletricidade e outras associações. Empresário, político, intelectual e colecionador, criou uma coleção particular de caráter eclético, que daria origem ao MMP. (PINTO, 2008)

Após o falecimento de Maria Amália, em 1914, Alfredo Lage herdaria a propriedade e inicia a transferência de parte de sua coleção que estava em sua residência no Rio de Janeiro para a chácara Mariano Procópio. Em 1915 iniciaria efetivamente o planejamento e montagem de um museu particular na “Villa Ferreira Lage”, com características de uma “gabinete de curiosidade” ou um antiquário (FERRAZ, 2016).

“Entre organizar o museu na capital do Brasil – onde sua coleção teria muito mais visibilidade – e Juiz de Fora, Alfredo Lage opta pela segunda opção. A ação do colecionador demonstra, de um lado, um projeto de perpetuação da memória de Mariano Procópio no contexto local, e de outro, ressaltar a inserção do pai como figura pública do Segundo Reinado.” (FERRAZ, 2016:66)

O centenário de nascimento de Mariano Procópio é o momento escolhido por Alfredo Lage para inauguração do museu e transformação da residência em um “lugar de memória”, em 23 de junho de 1921, com cerca de 5 mil peças. A data escolhida pelo colecionador para o evento é coerente com as suas intencionalidades e o sentido atribuído à sua coleção. Nessa mesma ocasião seria inaugurada a sala D. Pedro II, representando uma homenagem a seu pai e à visão de mundo representativa da elite imperial (PINTO, 2008)

Em 13 de maio de 1922, o prédio Mariano Procópio é inaugurado, com o objetivo de abrigar as coleções de Alfredo Lage, com a abertura da Galeria Maria Amália, homenagem à matriarca da família. A construção é considerada a primeira construída no Brasil com o objetivo de abrigar uma coleção. A data marcou as comemorações pela assinatura da Lei Áurea e contou com solenidades de homenagens à Princesa Isabel e ao Conde D’Eu. “A escolha das datas festivas demonstra o cuidado de Alfredo Lage com as efemérides relacionadas à sua família e ao passado monárquico brasileiro.” (FERRAZ, 2016:69)







Figuras 08 e 09: Inauguração da Galeria Maria Amália, 1922. Fotografia M. Santos. Fonte: Coleção particular de Marcelo Ferreira Lage

A década de 1930 marca a transferência do complexo envolvendo o parque e os prédios históricos para o poder público municipal. Em 31 de maio de 1934 é efetivada a entrega do parque e sua abertura para o público. Em 29 de fevereiro de 1936 é efetivada a doação de todo o acervo, os prédios históricos e o parque. “Através das suas coleções e do ato de doação, Alfredo Lage se torna um dos mais representativos colecionadores do seu tempo no país.” (FERRAZ, 2016:72). Mesmo após a doação do museu à municipalidade, as famílias Ferreira Lage e Cavalcanti continuam fazendo doações de acervo do MMP.

Num esforço de construção de uma galeria de heróis pátrios, é criada a Sala Duque de Caxias, inaugurada em 1939, posteriormente denominada Sala das Armas. Após o falecimento de Alfredo Ferreira Lage, “diretor-perpétuo” do MMP até 1944, a gestão da instituição é assumida por sua prima Geralda Armond (1913-1980) que permanece à frente da instituição até o seu falecimento. Não houve grandes rupturas na tendência de preservação da memória familiar e do engrandecimento de uma “história síntese” de eventos memoráveis da história pátria. Em 1944 seria realizado o Arrolamento dos Bens Artísticos, Históricos e Científicos do MMP, contabilizando 13.345 peças.



Figura 10: Galeria Maria Amália. Fotografia não identificado. c. de 1960. Fonte: MMP

“Nesse período o MMP já contava com um acervo muito heterogêneo: joias, moedas, medalhas, indumentárias, armas, móveis, pinturas, esculturas, porcelanas, pratarias, cristais, animais empalhados, minerais, livros, documentos, fotografias, gravuras, entre outras categorias de objetos, com forte influência dos séculos XIX e início do XX, conforme o gosto do colecionador.” (FERRAZ, 2016:76)

Cada geração interpreta o termo “museu” de acordo com as exigências sociais da sua época. Um museu não se apresenta sempre da mesma maneira no tempo e no espaço (RANGEL, 2011), sendo instituições historicamente datadas. Desta forma, segundo Carina Costa (2011), a criação da Sala Juiz de Fora e a sala General Mourão se relacionam à inserção do museu em um projeto memorial do município de Juiz de Fora, aproximando a instituição de um possível “museu da cidade”, que não denota a vontade original do colecionador, mas que representa uma adaptação aos diferentes contextos políticos e sociais ao longo das décadas.

### **3.2 - A musealização da memória: a criação da sala “Olympio Mourão Filho” no circuito expositivo do MMP.**

Segundo Pierre Nora (1993), um lugar de memória pode ser caracterizado a partir de três critérios fundamentais: a intenção clara de evitar o esquecimento; todo lugar de memória deve ser um lugar de história, e por fim, os lugares de memória são dotados de

significação material, funcional e simbólica. Nesse sentido, o MMP pode ser considerado um lugar de memória? Quais as intenções inerentes ao processo de doação do acervo do General Mourão ao MMP e ao processo de criação da sala em homenagem ao General?

Musealizar a memória de um personagem ou evento histórico é uma forma de construção de uma biografia desse mesmo personagem. Assim, a musealização do acervo faz parte de um processo de legitimação e valorização do Golpe Militar, do Exército Brasileiro e dos seus protagonistas.

Essa coleção de documentos e objetos relativos ao Golpe Militar de 1964 e ao General Mourão Filho pode ser pensada por fases de patrimonialização: sua produção e acumulação antes da entrada no museu por parte da sociedade, a sua musealização propriamente dita, com a criação da sala em homenagem ao evento e ao General Mourão Filho, e a ressignificação dessas memórias dentro do próprio espaço do museu, com o fechamento da sala e recolhimento do acervo à reserva técnica.

A gestão da diretora Geralda Armond Relação assinala uma aproximação maior entre a própria diretora, o MMP e o Exército Brasileiro. Durante a sua gestão o acervo relativo à instituição militar é ampliado, com a incorporação de novas peças como medalhas, condecorações, esculturas, armas, documentos textuais e fotografias pertencentes às mais altas patentes do Exército. Mas as relações entre o Exército Brasileiro e o MMP são perceptíveis desde a criação da Sala Duque de Caxias em 1939, Sala das Armas e posteriormente, a criação da Sala General Mourão, em 1966. A instituição foi a mais prestigiada em todas as ações comemorativas ao longo da sua gestão. O próprio calendário cívico da instituição demonstra essa relação: além do 10 de janeiro (aniversário de Alfredo Lage) e o dia 21 de abril (Tiradentes), o 25 de agosto – dia do Soldado – tem lugar de destaque.

No que se refere ao processo de construção do herói Caxias, o campo museológico foi requisitado para reforçar a visibilidade e a legitimidade do herói, sendo um vetor cultural importante para estender o processo de culto à sua figura a toda sociedade (COSTA, 2011). Nessa mesma estratégia, o MMP é acionado a contribuir com a musealização da memória e construção da figura heroica do General Mourão Filho.

Não é de se estranhar, por isso, que a marcha do Exército rumo ao poder fosse acompanhada literalmente de perto por Geralda Armond. A proximidade, não apenas física, entre o Museu Mariano Procópio e a 4ª Região Militar, instalada à época na antiga propriedade de Frederico Lage e, portanto, contígua ao Museu, era

apenas um dos elementos que reforçava as relações entre as duas instituições. (COSTA, 2011: 267)<sup>3</sup>

Analisando a trajetória da instituição, é possível notar que o bom relacionamento entre o MMP e o Exército brasileiro é, portanto, anterior à 1964. O golpe civil-militar e os eventos decorrentes disso só vieram reforçar esse laço.

A sala em homenagem ao General Mourão Filho foi solenemente inaugurada, em 31 de março de 1966, com a presença do homenageado, considerado “o chefe da Revolução Democrática de 64.” O “segundo aniversário da Revolução Democrática” é marcado ainda pela doação da farda militar que foi usada pelo General Mourão no dia do evento do golpe civil-militar. No discurso proferido pelo General Mourão por ocasião da inauguração da sala em sua homenagem, arquivado no Arquivo Histórico do MMP, o militar afirma: “Não partimos de Juiz de Fora, a 31 de março, para anular, mutilar ou sacrificar a Constituição de 1946, mas para defendê-la de ameaças que nos preocupavam.”<sup>4</sup>

Segundo o relatório anual de 1970, Geralda Armond afirma que a vigilância noturna do Museu era realizada pela 4ª Região Militar, indício de um entrelaçamento que escapa às alocações administrativas de ambas instituições, tendo em vista ser o museu uma instituição pública de âmbito municipal.<sup>5</sup>

Segundo a pesquisadora Liana Maria Reis, em seu artigo “Mineiridade: identidade regional e ideologia” (2007), os militares mineiros foram considerados os “Novos Inconfidentes”, em função do movimento deflagrado, conhecido no meio militar como a “Revolução Democrática de 1964”. As tropas partiram do antigo palacete que havia pertencido à Frederico Ferreira Lage, filho mais velho de Mariano Procópio Ferreira Lage.

A mineiridade pode ser compreendida, assim, como forma de perpetuação da memória, estratégia que pode ter sido reforçada com a criação da sala em homenagem ao General Olímpio Mourão Filho, no MMP. No Jornal Correio da Manhã, Geralda Armond se diz ser:

(...) a representante da mulher mineira e que levava ao General Mourão Filho um recado do prefeito e da Câmara de Vereadores de

---

<sup>3</sup> A 4ª Região Militar foi sediada no bairro Mariano Procópio até 1974, sendo transferida para Belo Horizonte nesse mesmo ano. Atualmente, o espaço é ocupado pela 4ª Brigada de Infantaria Motorizada.

<sup>4</sup> Discurso do General Mourão Filho por ocasião da inauguração da sala em sua homenagem (ver Anexo).

<sup>5</sup> Ver: ARMOND, Geralda. Relatório Administrativo. AH/MMP, 1970.

Juiz de Fora, agradecendo a participação do general na luta para implantar a liberdade na Pátria.”

O mito da mineiridade pode ser materializado através da análise do discurso que Geralda Armond proferiu em 1972, na cerimônia de sepultamento do General Mourão Filho:

Trago a voz de Juiz de Fora, a capital revolucionária do Brasil. Falo em nome da mulher mineira, da mulher brasileira, nesta hora de dor para a pátria. General Mourão Filho, estarás sempre em nossa memória, em nossos corações: quem for brasileiro que me siga”.

Neste sentido, entendemos que a diretora Geralda Armond tenha, com a criação da Sala Mourão, dado continuidade ao projeto de memória cívica do fundador Alfredo Lage, de construção de uma galeria de heróis tais como Tiradentes, Dom Pedro II, Princesa Isabel e Duque de Caxias. Assim, o General Mourão se associava a essa galeria de heróis e ao “passado glorioso” da Nação.

A coleção relativa ao General Mourão no MMP envolve diferentes tipos de acervo, como fotografias, documentos textuais e objetos pessoais. No acervo fotográfico, chama atenção um retrato do General Mourão no Círculo Militar de Juiz de Fora. No verso da fotografia, há cerca de 150 assinaturas de parte da sociedade juiz-forana. O documento materializa o apoio desse grupo ao golpe de 1964, frente ao suposto “perigo comunista” representado pelo governo de João Goulart. Como discutimos anteriormente, o militar é concebido como um representante dos valores cívicos e patrióticos da sociedade brasileira.

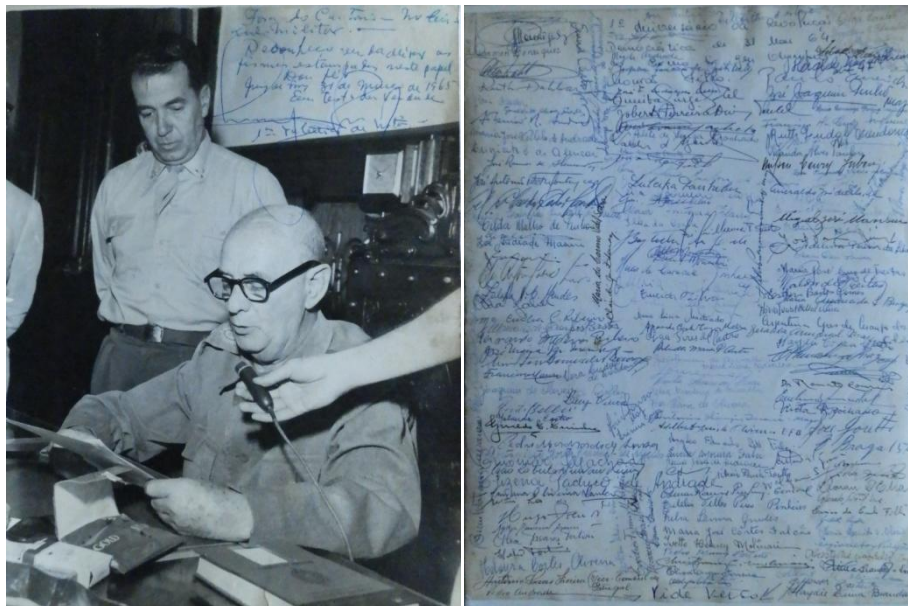


Figura 11: General Mourão Filho. Fotografia não identificada. 1964. Fonte:MMP

Há ainda algumas fotografias no acervo, que retratam parte da população de Juiz de Fora recebendo o General Mourão e as tropas do Exército no seu retorno à cidade, após o golpe de 31 de março, de forma bastante festiva.





Figuras 12 e 13: Retorno das tropas do Exército à Juiz de Fora após o Golpe de 1964.

Fotógrafo não identificado. 1964. Fonte: MMP

O acervo fotográfico é composto ainda por fotografias relativas às cerimônias e homenagens ao General Mourão no MMP, como a cerimônia de doação da sua espada ao acervo da instituição. Na foto abaixo, vê-se o próprio General Mourão Filho, Itamar Franco, General Itiberê do Amaral, Murílio Hingel, e à frente, a esposa do General Mourão Filho, Maria Mourão, e Geralda Armond.





Figuras 14 e 15: Solenidade do doação da espada do General Mourão Filho. Fotografia não identificado. Fonte: MMP

A coleção relativa ao General Mourão no MMP ainda envolve uma série de documentos e obras no Arquivo Histórico e na Biblioteca da instituição, tais como abaixo-assinado, bênçãos apostólicas, correspondências diversas, vários diplomas e títulos



honoríficos, discursos, panfletos impressos, documentos de manifestação de apoio, diversas homenagens e recortes de jornais referentes ao golpe civil-militar de 1964 e ao próprio General Mourão.

As doações do final da década, realizadas pelo próprio General Mourão Filho envolvem objetos de grande simbolismo e também de valor monetário. Entre as doações, estão diversos objetos na Reserva Técnica do MMP, como o cachimbo e a farda utilizada pelo General Mourão no dia 31 de março de 1964.



Figuras 16 e 17: Cachimbo e Farda militar pertencentes ao General Mourão Filho. Fonte: MMP

Nas comemorações do sexto aniversário da “revolução”, em 31 de março de 1970, além da espada de ouro, várias condecorações e medalhas do mesmo general foram doadas ao Museu. “O potencial aurático do objeto é exacerbado pelo pertencimento ao novo herói mineiro e juizforano, bem como pela doação ainda em vida, o que legitimava o Museu Mariano Procópio como um lugar de memória de tal movimento”. (COSTA, 2011: 270).



Figura 18: Espada do General Mourão Filho. Fonte: MMP

No ano do sesquicentenário da Independência do Brasil e do centenário de morte de Mariano Procópio, em 1972, foi montada uma exposição comemorativa da “revolução gloriosa”, com cartazes, fotografias e objetos, evento que foi repetido nos anos subsequentes, segundo os relatórios de gestão da diretora Geralda Armond. O evento ressalta a intenção de “didatização” do evento de 1964, como esforço de inserção do discurso narrativo do MMP na história nacional.

O falecimento de Geralda Armond em 1980 abre um novo tempo na gestão do MMP. A contratação da museóloga Therezinha Sarmiento e três museólogas auxiliares, que comporiam o corpo técnico da instituição, propiciariam a elaboração de um novo projeto expográfico. A eleição do diretor passa a envolver a elaboração de uma lista tríplice por parte do Conselho de Amigos e encaminhado ao prefeito para a decisão final.

Em 1983 o museu é reaberto, a partir da construção de parte das alas laterais e ampliação do segundo pavimento. Na nova expografia, a sala General Mourão é desativada e o acervo em exposição é recolhido à reserva técnica. As datas comemorativas relativas ao

movimento de 1964 deixam ser celebradas no calendário da instituição.

Como afirma Carina Costa, lidar com a memória do golpe civil-militar após a redemocratização do Brasil foi, sem dúvida, um desafio para os gestores que sucederam Geralda Amond, “que optaram pelo silenciamento de uma aliança que se tornou “maldita”, apesar de ter deixado muitos rastros” (2011: 272). Esses silenciamentos e suas intencionalidades também são questões importantes para o historiador, que poderão ser aprofundados em pesquisas posteriores.

### **Conclusão:**

O discurso museológico é produto de uma seleção feita com objetivos políticos e estéticos específicos. Não há neutralidade circuitos expográficos e nas narrativas museais. Todas as instituições são permeadas por discursos narrativos e suas intencionalidades. “Museus são máquinas simbólicas: produzem narrativas e significados mediante a ordenação de objetos em um determinado espaço.” (SILVA FILHO, 2010: 80) Assim, o processo de construção da musealização da memória do General Mourão Filho se dá a partir dessas premissas.

Pretendemos demonstrar com a pesquisa que, com a criação da Sala Olympio Mourão Filho, o Museu Mariano Procópio (MMP) tenha dado continuidade ao projeto de memória cívica do fundador Alfredo Lage, de construção de uma galeria de heróis tais como Tiradentes, Dom Pedro II, Princesa Isabel e Duque de Caxias. Assim, o General Mourão se associava a essa galeria de heróis e ao “passado glorioso” da Nação, e o golpe civil-militar se uniria aos eventos memoráveis da história do Brasil.

Por outro lado, o processo de musealização da memória do General Mourão Filho é legitimado pelo pensamento de parte da sociedade brasileira, pautado pelo pensamento conservador de direita, representado por grupos sociais, religiosos e políticos que apoiaram o movimento de 1964. A farta documentação e o número de expressivos objetos que compõem a coleção do General Mourão no MMP demonstram a materialização do esforço de construção de memórias.

Cabe ressaltar que a pesquisa evidenciou a participação política da diretora Geralda Armond em grupos de mulheres conservadoras da sociedade juiz-forana, que atuou no apoio ao Golpe de 1964 e na manutenção e legitimação da memória do General Mourão

como o “herói” que salvou o Brasil do perigo comunista.

Nas décadas subsequentes ao falecimento da diretora Geralda Armond, observa-se um processo de silenciamento das memórias relativas ao Golpe de 1964 e ao General Mourão Filho. Movimento semelhante ao que ocorre na sociedade brasileira no contexto de redemocratização. No entanto, cabe aos museus atualmente, especialmente aos museus históricos uma fuga da entronização de períodos ou eventos precedentes e análise da intencionalidade dos silenciamentos desses mesmos eventos:

Nem exaltação do passado e nem tampouco a sua condenação, mas o interesse por esmiuçar e compreender as diferenças entre as dimensões temporais e, nesse esforço, colher elementos críticos que informem o agir presente e seu papel decisivo na construção do futuro. (SILVA FILHO, 2010: p. 103)

Nesse sentido, o museu deve ser pensado como um espaço propício à reflexão, ao diálogo com a sociedade, e construção de conhecimento. Esperamos que este estudo, como outros já concluídos, possa auxiliar na compreensão dos processos de musealização da memória e a construção das narrativas nos espaços museais.

**Fontes:**

- Objetos pessoais (fardas, espada e outros). Reserva Técnica/MMP
- Documentos escritos (discursos, homenagens e diplomas) e fotográficos. Arquivo Fotográfico e Arquivo Histórico/MMP
- Relatórios de gestão de Geralda Armond (1945-1979). Arquivo Histórico/MMP
- *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 1960-1980. Arquivo Histórico/Prefeitura de Juiz de Fora.
- *Correio da Manhã*, Juiz de Fora, década de 1960. Arquivo Histórico/Prefeitura de Juiz de Fora.

**Sites:**

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>, acesso em 16/05/2017.

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olimpio\\_mourao\\_filho](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olimpio_mourao_filho), acesso em 20/05/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mourao-filho-olimpio>, acesso em 20/05/2017.

**Referências Bibliográficas:**

COSTA, Carina Martins. Uma arca das tradições: Educar e comemorar no Museu Mariano Procópio. Tese (doutorado). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1981.

FERRAZ, Rosane Carmanini Ferraz. A coleção de fotografias oitocentistas do Museu Mariano Procópio e as sociabilidades no Brasil oitocentista. UFJF: Juiz de Fora, 2016. (Tese de doutorado)

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento Histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo,

v.2, jan./dez. 1994, p. 9-42.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESB, 2002.

MOURÃO FILHO, Olimpio. Memórias: a verdade de um revolucionário, LPM, 1978.

MUSEU MARIANO PROCÓPIO. São Paulo: Banco Safra, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PINTO, Daniel Cerqueira. General Olympio Mourão Filho. Carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964. Programa de Pós-Graduação em História (UFJF), 2015. (Dissertação de Mestrado)

PINTO, Rogério Rezende. Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG. UFJF, Juiz de Fora, 2008. (Dissertação de Mestrado)

RANGEL, Márcio. A cidade, o museu e a coleção. In: Liinc em Revista, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 301-310.

REIS, Liana Maria Reis. Mineiridade: identidade regional e ideologia. In: Cadernos de História, Belo Horizonte, v.09, n.11, p 89-97, 2007.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. A cidade e o Museu: possíveis encontros. In: Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar. Expressão Gráfica Editora, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello(1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## ANEXO:

Discurso proferido pelo general Mourão Filho, por ocasião da inauguração da sala em sua homenagem, em 31 de março de 1966.

DISCURSO PROFERIDO PELO GEN EX OLYMPIO MOURÃO FILHO,  
MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, POR OCASIÃO DA  
INAUGURAÇÃO DA SALA 31 DE MARÇO, NO MUSEU MARIANO  
PROCCPIO, EM JUIZ DE FORA - MG

Desde o instante de minha chegada a esta querida Juiz de Fora, revivo as emoções daquela madrugada histórica, em que aqui partimos para a derrubada de um governo, que se havia incompatibilizado com os imperativos da hierarquia militar e com as tradições cristãs de nosso povo. Grave era a nossa responsabilidade, sombrias as perspectivas com que nos defrontávamos. Cabia-nos a iniciativa do movimento. Éramos a única força a avançar, na tomada de uma posição, cujos riscos, como chefe militar, não poderia nem desconhecer, nem subestimar. Podia ser o triunfo, como realmente foi; mas poderia ser também uma luta desigual, se as forças que desafiávamos resolvessem organizar uma resistência efetiva.

Não desconheci, nem subestimei os riscos que corria e fazia correr meus comandados. Não os deixei de lado como improváveis ou inexpressivos. Mas elevei meu pensamento, não para os perigos que íamos enfrentar, mas para os deveres que a Pátria nos impunha. E entendi que, quaisquer que fossem os riscos, não era possível que nos conservássemos inertes em face das ameaças que se acumulavam nos horizontes de nossa Pátria. Era o dever que nos convocava, o dever para com os nossos companheiros, o dever para com as gerações futuras. E a profissão militar tem que ser encarada assim mesmo: examinar os riscos a que se expõe, para conhecê-los bem, mas obedecer aos deveres supremos, a que devotamos nossa vida, sempre que o Brasil nos convoque para a sua defesa e para a preservação de seus mais caros ideais. Por isso partimos, naquela manhã histórica, desta Juiz de Fora, decididos a tudo, sob a chefia geral do Governo de Minas e o apoio completo de seu povo. E, na verdade, não houve, naquele momento, nem hesitação, nem temor. Partíamos decididos, mas também conscientes de nossa tarefa, numa perfeita unanimidade de sentimentos, de convicções e de esperanças, apoiados pelo Governo e pelo Povo de Minas Gerais.

Nem o movimento de 31 de Março, nesta gloriosa Juiz de Fora e nesta Região Militar, se revestia do sentido de um ato de autoridade. De uma decisão exclusiva de chefia. De um simples toque de comando. Aqui, meu amigo, meu maior empenho foi ouvir nossos camaradas de armas, para confrontar com as idéias e tendências deles os meus próprios sentimentos e minhas próprias convicções. Ouvi a todos que podia ouvir. Não podíamos permanecer indiferentes ao que se passava. E o que mais de que tudo me confortava, era verificar que meus sentimentos eram também os sentimentos de meus companheiros de armas. Mas, todos, um por um, numa unanimidade surpreendente, todos faziam



-2-

questão de indicar, como se estivessem entendidas e combinadas, se farão pagar os meios para instaurar no país um regime de ditadura e suprimir as liberdades fundamentais da democracia. E o testemunho que posso dar, não apenas ao povo de Juiz de Fora, como a toda a Nação Brasileira, e que todos oficiais consultados, do Rio Grande do Sul a Minas Geraes, passando por Santa Catarina, Paraná e São Paulo na sua unanimidade, se concordaram em marchar com a Revolução quando lhes asseguramos que nosso objetivo era exatamente salvar a democracia, que considerávamos ameaçada, e colocar, acima de todos os riscos, o respeito à Constituição vigente no país.

Não fizemos, pois, uma Revolução para suprimir liberdades ou para sacrificar a dignidade da criatura humana, que é o objetivo supremo desta civilização ocidental e cristã, em favor da qual começamos a luta, na madrugada de 31 de Março. E se recordo esses fatos, não é apenas como um testemunho histórico, e para se faça justiça às nossas Forças Armadas, que se consideram irmãs com o nosso povo e nunca inimigas das aspirações e dos direitos seus. Proclamo assim, de alto desta tribuna, a fidelidade exemplar de nossas Forças Armadas aos preceitos fundamentais do regime democrático, ao governo do povo pelo povo e para o povo, na fórmula admirável de Abraão Lincoln. Mas democracia autêntica, traduzida em instituições que a defendam e a assegurem, e não um rótulo de democracia, como se costuma usar em regimes totalitários, para dissimular melhor o desrespeito e o sacrifício dos direitos do povo. E Democracia não quer dizer apenas Poder Executivo responsável, mas também Poder Judiciário respeitado e Poder Legislativo soberano. Democracia quer dizer, essencialmente, também respeito aos direitos do homem, que não pode deles ser privado legitimamente quando não haja processo que o condene, e que o condene num ambiente em que o seu direito de defesa se exerça sem limitações e sem constrangimentos. Por isso, meu primeiro movimento, depois de assegurada a vitória da Revolução de 31 de Março, não foi para pleitear poderes para mim, mas, sim, enviar forças que garantissem o funcionamento do Poder Legislativo. E garantir o Poder Legislativo era assegurar o livre exercício de suas faculdades constitucionais, sem mutilações, sem ameaças, sem intervenções facciosas.

De fato, com um Congresso respeitável, e por isso mesmo forte, e um Executivo incapaz de dominá-lo, de coagi-lo pela força, pelo medo, pela ameaça, até pelo medo da ameaça, funcionará em termos aceitáveis o governo.

Porque, de um Congresso amedrontado, sob a espada de Dânoeles de fechamento ou de cassações de mandatos, cada Deputado ou Senador, obrigado a cuidar de sua própria sobrevivência, que se poderá esperar?

Isto não é Democracia.

Num regime democrático não se confunde jamais autoridade com arbitrio, energia com violência, disciplina com medo, respeito com subserviência, punição com vingança.

Eleições indiretas e o presidencialismo são dois termos que hurlent de se trouver ensemble!



-4-

adesão unânime. Nem por outro motivo elegemos Caxias como Patrono do Exército. Porque Caxias simboliza, realmente, o respeito à Democracia, a defesa do regime, o culto à lei, a fidelidade às conquistas fundamentais da liberdade. Não se conhece, em toda a sua vida, um caso de abuso de poder. Usava a força para restabelecer a ordem mas, uma vez vitorioso, estendia a mão ao vencido. O ódio era sentimento mesquinho que nunca seu coração abrigou.

Nem havia porque punir o povo, quando pegávamos em armas para lutar contra erros e desvios de governantes. Seria o caso de invocar o ensinamento de Thomas Jefferson quando dizia que " não conheço repositório mais seguro para os poderes ditinos da sociedade do que o próprio povo e, se acreditamos que ele não tem instrução suficiente para exercer tal controle, com absoluto desagrado, o remédio não é arrebatá-lo, mas instruí-lo, para que possa agir com discernimento". Jefferson : comparara os erros do povo e os erros dos governantes e reagia contra os que procuram descarregar sobre o povo responsabilidades e culpas dos governos.

Eduquemos o povo, mas reconhecemos que só a prática da Democracia educa realmente os povos, forma e aperfeiçoa suas elites políticas. O despotismo e os regimes discricionários de qualquer natureza, ou sob quaisquer disfarces com que se apresentam, são apenas escolas de servidão. Ensinam submissão a qualquer preço, mesmo pelo preço das liberdades essenciais. O povo sairá menos instruído e menos capaz de eclipse das liberdades públicas, quando o direito de crítica é sinônimo de impertinência e subversão, quando qualquer tribunal se acredita instância da Inquisição e o voto popular se vê isolado nos cálculos e às ambições dos inimigos do povo.

Não foi para isso que pegamos em armas em 31 de Março.

Partimos daqui para a defesa da Democracia e da Constituição. Da Constituição que no parecia ameaçada. Da Democracia que acreditávamos comprometida. E se aqui estou a vos dizer estas palavras, é para que se faça justiça, nos tribunais da História, às nossas intenções, pois só pensávamos na grandeza da Pátria, no revigoramento de suas instituições, na defesa intransigente de suas riquezas, na afirmação inflexível de sua independência econômica, política e cultural.

Do mesmo modo afirmo que a Revolução não foi feita contra nenhuma classe social, isto é, não foi contra o patrão nem o empregado, mas, sim, contra o abuso de ambos no exercício de seus direitos. E as instituições conquistadas à custa de muitos sacrifícios e incorporadas são intocáveis.

Aqui estou para agradecer as homenagens com que nos cumprastes e nos consoastes, povo de Juiz de Fora, povo de Minas Gerais, mineiros de hoje e de ontem, unidos através dos séculos. E aqui estou para vos afirmar a minha sincera devoção à Democracia, que tão profundamente corresponde à índole do nosso povo e às tradições de nossa gente das Alterosas.

-5-

As viciarias de Tiradentes ficaram no Rio de Janeiro e abnente sua cabeça veio para Minas Gerais e continua a orientando-nos, tornando-nos capazes de morrer pela liberdade.

Libertas qua sera tamen continua sendo nosso lema eterno.

Exmo Sr Prefeito Municipal,

Exma. Sra Diretora do Museu Mariano Procópio,

Os Revolucionários de Minas Gerais agradecem, com atama gratidão, a homenagem da inauguração da Praça 31 de Março e a desta sala que contará nos pósteros a página de audácia que foi escrita pelo Governo, Povo, Forças Armadas nacionais e a Polícia Militar deste Estado, que, desta Capital da Democracia, partiram ocorrendo risco de uma quase certa destruição.

Não haverá distorções, da História, oficiais, oficiosas ou outras, capazes de esconder o heroísmo das gentes de Minas Gerais e de lhes roubar a iniciativa de um movimento que ficou mundialmente conhecido e que no plano da história nacional tornou-se indiscutível.

Juiz de Fora, MG, 31 de Março de 1966.

*Olympio Mourão Filho*  
Gen. Ex. Olympio Mourão Filho.